

ATIVISMO DE MULHERES NEGRAS EM CUIABÁ-MT

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E ESTRATÉGIAS EM TEMPOS DE COVID-19

Simone Aparecida Ribeiro Lima¹

Cassia Maria Carraco Palos²

Resumo: Há na cidade de Cuiabá-MT 551.098 habitantes dos quais 281.894 são mulheres, destas 180.851 são mulheres negras (IBGE, 2012), mas essa representatividade não está presente nos espaços institucionalizados da sociedade e aparecem nos dados estatísticos em posição desfavorável. Assim, este artigo busca refletir as relações sociais e o cotidiano das mulheres negras pertencentes a Movimentos de Mulheres Negras de Cuiabá-MT (MMNC), com o objetivo de compreender suas significações sobre racismo e trabalho e quais as estratégias desenvolvidas para superar as violências e desigualdades sofridas, em especial durante pandemia da COVID-19. Esta reflexão é fruto de um estudo exploratório de abordagem qualitativa. Participaram do estudo cinco mulheres negras pertencentes a dois MMNC: o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (IMUNE) e o Coletivo de Mulheres Negras (COMUN). Toda a investigação está apresentada em dissertação de mestrado intitulada: Violências contra mulheres negras - significações e ativismo dos movimentos de mulheres negras em Cuiabá-MT (LIMA, 2022). A pandemia da COVID-19 evidenciou a extrema violência e as desi-

¹ Mestranda do programa de pós-graduação do Instituto de Saúde Coletiva ISC/UFMT. Graduação em enfermagem-UFMT. Ativista do movimento de mulheres negras.

E-mail: simoneufmt@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5637831291355813>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3368-5662>

² Doutorado em Saúde Pública- FSP-USP. Graduação em Ciências Sociais- PUC/SP. Prof.^a Dr.^a do programa de pós-graduação do instituto de Saúde Coletiva ISC/UFMT (Orientadora).

E-mail: cacapalos@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1835157815731874>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3514-0436>

gualdades sociais que a ideologia racista impõe sobre as mulheres negras. Os MMNC reconhecem os desafios do atual cenário e enfrentam o momento com resistência, fomentando discussões sobre as políticas públicas adotadas pelo governo e seus impactos para a população negra.

Palavras-Chave: Movimento de Mulheres Negras. Trabalho. Racismo.

BLACK WOMEN ACTIVISM IN CUIABÁ-MT WORK, SOLIDARITY AND STRATEGIES IN TIMES OF COVID-19

Abstract: In the city of Cuiabá-MT there are 551,098 inhabitants of which 281,894 are women, of these 180,851 are black women (IBGE, 2012), but this representation is not present in institutionalized spaces of society and appear in statistical data in an unfavorable position. Thus, this article seeks to reflect the social relations and the daily lives of black women belonging to the Black Women's Movement of Cuiabá-MT (MMNC), in order to understand their meanings about racism and work and what strategies have been developed to overcome the violence and inequalities suffered, especially during the pandemic of COVID-19. This reflection is the result of an exploratory study with a qualitative approach. Five black women belonging to two MMNCs participated in the study: the Institute of Black Women of Mato Grosso (IMUNE) and the Black Women's Collective (COMUN). The entire investigation is presented in a master's thesis entitled: Violence against black women - meanings and activism of black women's movements in Cuiabá-MT (LIMA, 2022). The COVID-19 pandemic highlighted the extreme violence and social inequalities that racist ideology imposes on black women. The MMNC recognize the challenges of the current scenario and face the moment with resistance, fostering discussions about the public policies adopted by the government and their impacts on the black population.

Keywords: Black Women's Movement. Labor. Racism.

Introdução

A crise sanitária causada pelo SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19 vem evidenciando a grande desigualdade vivenciada pela população negra brasileira, que se traduz a partir das taxas de morbidade e mortalidade, bem maior nessa população. As desigualdades enfrentadas pela população negra, especialmente pelas mulheres negras fazem com que a COVID-19 seja mais um agravante e expõe a extrema violência que a ideologia racista impõe sobre as mulheres negras e suas famílias.

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, há na cidade de Cuiabá 551.098 habitantes dos quais 281.894 são mulheres e destas 180.851 são mulheres negras³, totalizando 64,1% das mulheres de Cuiabá, mas essa representatividade não está presente nos espaços institucionalizados e essas mulheres aparecem nos dados estatísticos de várias instituições e organizações em posição desfavorável (IBGE, 2012).

Apesar da ciência já ter comprovado que raça⁴ não é uma realidade biológica esse discurso é frequentemente usado em uma ideia biológica errônea, corroborando para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. A ideia de raça como realidade biológica foi cunhada pelo racismo e segue sendo ressignificada e utilizada ao longo da história para desvalorizar a população negra,

³ O total de 180.851 mulheres negras é a soma das mulheres pretas: 27.831 e das mulheres pardas: 153.020, por autodeclaração (IBGE, 2012).

⁴ Nesse artigo para o termo “raça”, utilizamos a conceituação de Guimarães (2003), que define raça como “construção social”, ou seja, uma categoria socialmente construída, resultado da discriminação e da produção ideológica, apontando estrategicamente para um conceito político e cultural, que evidentemente não deve ser tomado no sentido biológico (GUIMARÃES, 2003).

limitar suas capacidades e excluí-las dos espaços ditos de “poder” (GUIMARÃES, 2003).

Quando analisamos os dados do IPEA (2017) referente ao mercado de trabalho percebemos que as mulheres negras também estão em desvantagem nesse segmento, os dados mostram uma hierarquia estagnada, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras, onde ocorre o maior distanciamento de rendimentos, as mulheres negras recebem menos da metade do que os homens brancos, ou seja, 44,4% (IPEA, 2017).

Os dados do IPEA (2019) também revelam que as mulheres negras quando empregadas sua maior ocupação é como empregada doméstica, respondendo por 63% do total de trabalhadoras domésticas. Esses dados expõe a realidade do trabalho doméstico no Brasil, um trabalho realizado majoritariamente por mulheres negras, evidenciando que o racismo é uma barreira que, por um lado limita a participação das mulheres negras em determinadas esferas e, por outro, impede sua saída de outros espaços (IPEA, 2019).

A população negra está submetida a um conjunto de condições precárias que envolvem: subempregos ou empregos informais, dificuldades no acesso à educação e à saúde, moradias sem infraestrutura, dentre outros, o que aumenta a vulnerabilidade dessa população, aumentando também os riscos de se contaminar com a COVID-19, lembrando que uma das medidas mais eficazes para evitar a contaminação é o distanciamento social.

Grande parte da população negra trabalha na informalidade, sendo assim as mais prejudicadas, tanto pelo desemprego como pelos decretos de distanciamento social, pois trabalhando na informa-

lidade não são assistidos pela seguridade social⁵ e não se beneficiam com o trabalho remoto.

Por outro lado, na medida em que se constata o crescimento da desigualdade e da violência contra a mulher negra, cresce também o número de mulheres negras que se organizam em movimentos, alguns já existentes, outros novos, se reinventando para o enfrentamento do racismo, das desigualdades e da violência, sendo propositivas e não só reativas. “O invisível, ao se tornar visível, deu espaço também para a organização e para a luta” (GOHN, 2020).

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a violência e a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista e apesar da invisibilidade e do silenciamento que os Movimentos de Mulheres Negras (MMN) enfrentam a construção coletiva de resistência e de luta desses movimentos ajudam na fomentação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, além de enriquecer a discussão da questão racial e de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2011).

Assim, com o objetivo de investigar as relações sociais e o cotidiano das mulheres negras pertencentes a Movimentos de Mulheres Negras em Cuiabá-MT (MMNC), suas significações sobre racismo e trabalho e suas estratégias para superar as explorações e desigualdades, em especial durante pandemia da COVID-19, realizou-se um estudo exploratório de abordagem qualitativa.

⁵ De acordo com o Art. 194 da Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tais como: seguro-desemprego, abono salarial e aposentadoria (BRASIL, 1988).

Para a realização desse estudo utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, com um roteiro baseado nos temas centrais, ancorados na literatura. A dialogia propiciada pelas entrevistas possibilitou que os conhecimentos e significados fossem construídos no próprio processo da interlocução estabelecido. As questões abordaram as significações das mulheres negras sobre racismo e suas implicações no mercado de trabalho em tempos de COVID-19, bem como a trajetória dos MMNC na luta em defesa dos seus direitos. Foram utilizados também dados não verbais das entrevistas que foram registrados no diário de campo.

Participaram das entrevistas cinco mulheres negras⁶ representantes de MMNC. Em nossa busca procuramos por MMNC que desenvolvessem atividades voltadas para mulheres negras na cidade de Cuiabá-MT em diversas áreas como: formação política e social, saúde e educação. Foram identificados dois movimentos que atendiam as nossas aspirações, sendo eles: O Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (IMUNE) e o recém - formado Coletivo de Mulheres de Negras (COMUN), fundado em 2020.

Para análise dos dados utilizamos o conceito de interseccionalidade que enfatiza essencialmente as intersecções de raça e gênero, abordando também classe, pois esta contribui para estruturar as experiências das mulheres negras, colaborando para compreender as múltiplas fontes da identidade dessas mulheres.

O conceito de interseccionalidade começou a ser desenvolvida no ano de 1990, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs, sendo definido

⁶ Com base na autodeclaração da entrevistada.

como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade possibilita pensar os aspectos raciais da discriminação de gênero, e também os aspectos de gênero da discriminação racial, propondo uma metodologia de análise da subordinação interseccional. Assim o conceito de interseccionalidade como categoria de análise dos dados, ajuda a responder a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios estruturam as posições das mulheres negras na sociedade (CRENSHAW, 2002).

As narrativas das participantes foram identificadas com a letra P e com um número. A letra P faz referência a palavra Preta e o número que vai do 1 ao 5 refere-se a ordem em que as entrevistas foram realizadas.

Este artigo é oriundo de uma pesquisa de mestrado intitulada: Violências contra mulheres negras - significados e ativismo de mulheres negras em Cuiabá-MT (LIMA, 2022), apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos na Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (CEP-Humanidades) em 20 de julho de 2020, com protocolo nº 4.164.281.

Racismo e o pensamento social brasileiro

Para compreender como se constituiu o pensamento social brasileiro referente à raça faremos uma breve apresentação sobre as principais políticas racialistas do Brasil que se iniciaram no fim do século XIX e que ainda persistem no imaginário da população brasileira.

No fim do século XIX a república, a abolição e a transição para o trabalho assalariado eram temas recorrentes no Brasil, a sociedade brasileira era baseada na escravatura. Acreditava-se que a população negra denominada de “sub-raça” pela elite branca dominante era composta por um povo fraco, doente e vadio, incapaz de obter algum êxito em constituir uma nação. Esta sequência de acontecimentos fizera com que várias ideias racialistas⁷ surgissem no Brasil e a mais forte delas foi a política do branqueamento (SKIDMORE, 1976).

A política do branqueamento pressupunha a solução para o problema racial brasileiro através da gradual eliminação do negro que seria assimilado pela população branca, resultando em uma população mestiça sadia, tanto fisicamente, quanto cultural, capaz de tornar-se com o passar dos anos mais branca, pois acreditava-se na superioridade do gene branco, isso também evitaria os conflitos raciais conhecidos em outros países, além de garantir o comando do Brasil ao segmento branco (SKIDMORE, 1976; MUNANGA, 2008).

Além da política do branqueamento havia também uma percepção distorcida de que no Brasil, negros e brancos viviam todos em harmonia, num espaço social não hierarquizado, homogêneo e

⁷ Racialismo é a concepção de que a espécie humana se divide naturalmente em raças e que essas raças correspondem a categorias biológicas.

pacificado, produzindo um consenso sobre a existência de uma “democracia racial”⁸. Em função desse mito o Brasil conviveu muito tempo sem leis protecionistas dos direitos humanos da população negra, justamente porque eram entendidas como desnecessárias, tendo em vista a ausência de preconceitos e da discriminação racial (MUNANGA, 2008).

O mito da “democracia racial” ainda hoje permeia o imaginário da sociedade brasileira e se apoia na generalização da ascensão social de uma minoria negra, amplamente reforçada pela mídia, pelo discurso de mérito e pela crença de que racista é aquele que separa, evitando assim a discussão sobre racismo e as condições de vulnerabilidade da população negra, essa discussão é identificada como indesejável e, até mesmo perigosa, e assim seguem sem reconhecer e sem corrigir as desigualdades raciais, cometendo inúmeras injustiças e violações dos direitos da população negra (MUNANGA, 2008).

Relações de raça e gênero

Tem sido um problema para a sociedade e suas instituições associar categorias como raça, gênero e questões socioeconômicas, para CARNEIRO (2003) os estudos sobre violência têm se mostrado insuficientes, abordando e discutindo políticas generalistas, não levando em consideração as diferentes formas de violências e subordinação que atingem mulheres de distintas origens. Para enriquecer o debate e ampliar as reflexões é necessário incluir a dimensão racial na temática de gênero, sobretudo, no contexto brasileiro, segundo a autora:

⁸ Democracia racial pode ser definida como: “o estado de plena igualdade entre as pessoas independentemente de raça, cor ou etnia”.

[...] desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos, determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros e, portanto, se aceita complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (CARNEIRO, 2003, p. 14).

Segundo GUIMARÃES (2003) uma categoria ou conceito só pode ser compreendido no contexto do discurso, da teoria ou do momento histórico no qual se insere, assim, gênero e raça são construtos sociais, políticos e culturais que devem ser compreendidas enquanto categorias sociológicas, ou seja, pensar não em gênero, mas sim em relações de gênero (SAFFIOTI, 1992), pensar não em raça, mas sim em relações raciais (GUIMARÃES, 2003).

A opressão de gênero no caso das mulheres negras assume outras especificidades além das questões que conduzem a supervalorização histórica do masculino contra a subvalorização histórica do feminino, construindo uma dupla opressão de gênero e de raça. Ser mulher negra emerge de condições próprias que não podem ser tratadas apenas pela concepção de gênero, dados estatísticos e históricos revelam que o racismo rebaixa ainda mais a condição de gênero da mulher negra, condenando essas mulheres a uma situação perversa e cruel de exclusão, exploração e marginalização social (CARNEIRO, 2003).

Afirmar que as opressões vivenciadas pelas mulheres acontecem igualmente em todas as classes sociais, em todas as culturas, independente de raça, de etnia, de idade, de religião ou de qualquer outro marcador de diferenciação minimiza o debate sobre racismo e deprecia a luta do MMN. As diversas formas de opressão que estão expostos os diferentes grupos de mulheres precisam ser considera-

das, pois só assim as políticas públicas serão capazes de contemplar suas especificidades (CARNEIRO, 2003).

Para BONFIM (2009) é preciso um aprofundamento na abordagem sobre raça e gênero, a sociedade brasileira é estruturada racialmente, assim estas categorias se constituem mutuamente, não podendo ser pensadas separadamente, tanto em termos concretos, quanto históricos e culturais. “Uma mulher negra nunca será vista apenas como mulher, ou apenas como negra” (BONFIM, 2009).

Categorização e análise dos resultados

Elaboramos os resultados do estudo através da articulação entre dados, sujeitos e conceitos, os resultados foram dispostos em três categorias/temas: a) Histórico do Movimento de Mulheres Negras em Cuiabá-MT; b) Ativismo do Movimento de Mulheres Negras em Cuiabá-MT em tempos de COVID-19 e suas estratégias para combater o desemprego e a fome e c) A trajetória dos Movimentos de Mulheres Negras em Cuiabá-MT na luta em defesa dos seus direitos. Cabe salientar que os conteúdos não se apresentam como um somatório dos resultados, mas sim uma construção coletiva que valoriza e respeita as falas das entrevistadas.

a) Histórico do Movimento de Mulheres Negras em Cuiabá-MT

O IMUNE foi a primeira organização voltada para mulheres negras a ser criada em Cuiabá - MT, iniciou suas atividades em 2002, sendo legalizado em 2007. As ações realizadas pelo IMUNE são variadas e acontecem nas diversas áreas: saúde, educação,

formação política, estética negra, dentre outras. As atividades são realizadas pelas próprias integrantes e ou com parcerias, sendo que em poucas ações conseguem incentivo financeiro externo, como visto no depoimento:

[...] nós não temos recursos, a gente consegue atuar com aquilo que a gente consegue, com o que sobra do nosso planejamento mensal é com isso que a gente trabalha, é com isso que a gente vive, e é com isso que a gente faz a nossa militância (P5).

As mulheres negras que compõem o IMUNE possuem uma causa em comum, à defesa de pautas que contribuam para gerar políticas públicas para combater a violência e o racismo. O IMUNE é composto por mulheres heterogêneas atuantes em diversas áreas na sociedade, com idades que variam entre 16 e 70 anos. A coordenação do IMUNE é composta apenas por mulheres negras, mas o movimento é aberto a toda a sociedade, tendo como colaboradoras (es)⁹ mulheres negras e brancas, homens negros e brancos e a população LGBTQI+.

O COMUN é o mais recente MMNC começou a se estruturar em outubro de 2020, dando início as suas atividades em dezembro do mesmo ano. O COMUN surgiu com a união de mulheres negras e periféricas todas com passagem por outros movimentos similares, tendo em comum o desejo de auxiliar outras mulheres negras da periferia a reverter as condições de vulnerabilidade em que vivem, através de ações e projetos de formação política, social e cultural Vejamos:

⁹ São definidos como colaboradoras (es) pessoas que não estão formalmente ligadas ao movimento, mas colaboram em determinadas ações e ou projetos.

No COMUN a gente quer trabalhar dentro das periferias, levar formações e informações para as mulheres negras e também trabalhar o afro empreendedorismo junto dessas mulheres, mulheres pretas da periferia (P1).

[...] a gente viu que estava em um momento de emergência e a gente precisava se encontrar e se fortalecer e foi isso que aconteceu, a gente trouxe vários aspectos, foi muito bonito a nossa reunião inaugural. Todas ali são mulheres negras que já tem uma vivência, já tem uma intimidade com relações “étnico raciais” e que já tem todo o conhecimento e sabe o lugar que nós ocupamos e quais são esses espaços reservados para nós, que são as periferias, os subempregos (P5).

Assim como o IMUNE o COMUN também é composto por mulheres heterogêneas atuantes em várias áreas na sociedade, segundo as integrantes isso contribui para o crescimento do movimento, pois conseguem atuar e desenvolver ações em diversas áreas podendo abranger mais mulheres negras. O COMUN também tem sua coordenação formada apenas por mulheres negras, a idade das integrantes varia entre 16 e 60 anos e assim como acontece no IMUNE o movimento também é aberto à sociedade.

[...] a importância do grupo no qual a gente faz parte é que a gente conhece a realidade das mulheres negras e se a gente conhece a realidade a gente consegue desenvolver projetos, a gente consegue tirar essa mulher desse local de sofrimento, a gente consegue orientar (P5).

b) Ativismo do Movimento de Mulheres Negras em Cuiabá-MT em tempos de COVID-19 e suas estratégias para combater o desemprego e a fome

Perante a crise sanitária enfrentada no mundo e no Brasil desde meados de março de 2020, causada pela COVID-19, as mili-

tantes dos MMNC se uniram para desenvolver ações e projetos para ajudar outras mulheres negras da periferia de Cuiabá em situação de vulnerabilidade. Foi assim que em agosto de 2020 o IMUNE em parceria com instituições privadas distribuiu 600 cestas básicas para mulheres negras em Cuiabá.

A entrega de cestas básicas não era uma ação prevista pelo IMUNE, mas diante da situação de muitas mulheres negras tivemos que nos reorganizar, correr atrás de parcerias para amenizar a fome de muitas famílias, grande parte delas chefiadas apenas por mulheres negras (P4).

O COMUN apesar do pouco tempo de atuação também elaborou vários projetos, mas devido às dificuldades causadas pela pandemia muitos desses projetos não foram desenvolvidos, assim o empenho maior do grupo e conseguir firmar parcerias para começar a desenvolver essas ações.

A nossa questão hoje é trabalhar com a periferia, essas mulheres da periferia precisam ter voz, essas mulheres estão fazendo muitas coisas na periferia, essas mulheres vivenciam muitas coisas e também sofrem muitas violências junto com seus filhos, e a nossa atuação é lá, não tem mais o que discutir em relação a isso, porque é lá que está a realidade da mulher negra, é ali que existem mulheres negras, homens negros e crianças negras (P5).

As ações realizadas em 2020 pelos MMNC contribuíram para amenizar o sofrimento e a fome de muitas mulheres negras que perderam seus postos de trabalho ou tiveram a redução de seus rendimentos devido à pandemia e a incompetência do Estado em coordenar ações para o seu enfrentamento, isso acarretou uma piora na condição de vida dessas mulheres.

Durante a pandemia muitos postos de trabalho foram afetados, o trabalho doméstico foi um dos mais impactados, entre setembro a novembro de 2020 foram perdidos 1,5 milhão de postos de trabalho doméstico (DIEESE, 2020).

Ao analisarmos que o trabalho doméstico no Brasil só foi regularizado em 2013, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 66¹⁰, conhecida como “PEC das Domésticas”, constatou-se que pouca coisa mudou para as mulheres que prestam esse serviço. Dados do IPEA (2019) mostram que muitas das mulheres que exercem a atividade de empregada doméstica continuaram na informalidade e que isso se deve à forma precária em que a Lei foi implementada e a falta de fiscalização (IPEA, 2019).

Com a regulamentação da Lei em 2015¹¹, muitas empregadoras modificaram o regime de trabalho ou dispensaram suas empregadas para não estabelecer vínculo, muitas empregadas domésticas passaram a trabalhar como diaristas, essas condições corroboram para que muitas mulheres em sua maioria mulheres negras continuem se expondo aos riscos de um trabalho sem regulamentação, sem direitos trabalhistas e de seguridade social, ficando desassistidas (DIEESE, 2020). Além de estarem expostas a várias violências como: o racismo, assédio moral e sexual.

Tanto o IMUNE como o COMUN entende que a vulnerabilidade social vivenciada pelas mulheres negras dificulta o acesso à

¹⁰ A Proposta de Emenda à Constituição nº 66 aprovada em 02 de abril de 2013 se transformou na Emenda Constitucional nº 72/2013. Equiparou os direitos trabalhistas dos domésticos aos dos trabalhadores rurais e urbanos e incluiu mais dezesseis incisos, contida no parágrafo único do art. 7º da Constituição federal.

¹¹ Lei complementar nº 150 de 1º de junho de 2015, dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.

educação, à saúde e ao trabalho, dentre outros, impactando de forma negativa a vida dessas mulheres. A precarização das políticas públicas aumenta as responsabilidades dos MMNC junto às populações vulneradas, assim uma das estratégias desses grupos para enfrentar o desemprego e a fome é a realização de feiras afro, onde são comercializados acessórios e moda afro, a estética afro também está presente nesses espaços, aonde o objetivo vai além de gerar recursos materiais, são espaços de simbolismo, de resistência, de luta e de pertença das mulheres negras.

[...] aí é que entre a nossa atuação de militante, cobrando, pressionando mesmo, se não fosse as pressões dos movimentos sociais a coisa estaria ainda mais difícil para as mulheres negras, em especial agora na pandemia, eu vejo várias companheiras desempregadas, porque você sabe né, grande parte das mulheres negras trabalha de forma informal, sem registro, sem garantias, sem assistência nenhuma, muitas são empregadas domésticas, diaristas (P4).

As militantes dos MMNC defendem que o afro empreendedorismo desenvolvido por elas em nada se assimila à informalidade, ao subemprego ou ao discurso de mérito abraçado pelo sistema capitalista, elas acreditam que essas ações contribuem com o reconhecimento da diversidade cultural, além de ampliar e valorizar a história e a cultura afro-brasileira e africana.

c) A trajetória dos Movimentos de Mulheres Negras em Cuiabá-MT na luta em defesa dos seus direitos

Os movimentos sociais no Brasil passam por um momento crítico devido ao atual cenário político, econômico e mais recen-

temente pela crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, todo esse cenário recai de forma negativa sobre os movimentos sociais provocando um retrocesso nas conquistas obtidas. Os MMNC reconhecem esse momento crítico e se reestruturam para enfrentá-lo, como é percebido nas falas das militantes:

[...] então essas intervenções, elas ajudam a mudar esse cenário que está aí, que a gente está vendo que é um cenário de horror, então o que eu vou fazer, eu vou me silenciar, não, eu vou para os espaços e nesses espaços eu vou ser propositiva, eu vou propor, vou lutar (P2).

[...] sei que o discurso é bonito, mas tento não ficar só no discurso, acho que a ação é própria da militância e é assim que tento fazer, ensinando sobre a verdade da nossa ancestralidade, da violência que o nosso povo sofreu e sofre, sabendo a realidade elas vão se tornar mulheres mais capacitadas para enfrentar e reconhecer as violências (P4).

Uma das principais metas do IMUNE e do COMUN é estabelecer parcerias com os setores públicos, elas acreditam que aproximando os gestores públicos das comunidades podem mostrar a realidade vivenciada pela população negra - mulheres negras. Os MMNC querem ter participação política, dar visibilidade a sua causa. Mesmo sabendo que o enfrentamento entre os movimentos sociais e o Estado sempre vai existir essa tentativa de articulação com os setores públicos revela o desejo que os MMNC têm em somar forças para construir uma sociedade mais justa.

Eu acredito em parcerias, em levar pessoas para dentro das comunidades para ver a realidade, não que elas não saibam. Eles podem fazer alguma coisa, a questão das políticas públicas para a população negra está aí, em trazer as pessoas que fazem essas políticas, que fazem esses projetos, que tem essa articulação. [...] os políticos, trazer eles para ver a realidade, ouvir o que as mulheres negras têm para falar, o que a comunidade tem

para falar, esses políticos têm que ter esse compromisso de fazer políticas públicas para melhorar a periferia (P1).

A formação política é pauta constante nos MMNC, elas reforçam que a representação política atua como estratégia para enfrentar as desigualdades enfrentadas pela população negra, assim nos MMNC as mulheres negras são incentivadas a aprender mais sobre questões relacionadas à política e a se inserirem no campo político, não somente como candidatas em disputas eleitorais, mas também dentro dos conselhos deliberativos, dentro da comunidade e nos locais de trabalho como representantes em seus sindicatos

Os MMNC também acreditam que a representação política é uma estratégia para dar visibilidade e legitimidade aos MMN e entendem a urgência em ocupar os espaços ditos de “poder” na sociedade, para assim pensarem outros rumos para as políticas sociais, engolidas pelo neoliberalismo e pelo avanço da extrema direita, que privilegia o individualismo ao coletivo, sustentando uma agenda de ataques aos movimentos sociais e aos direitos humanos, que ocasiona em mais desigualdades sociais e aumentando a pobreza da população.

[...] temos que ocupar os espaços, no momento em que a gente ocupar os espaços a gente aproveita para consolidar a luta por uma sociedade mais justa, mais igualitária (P3).

Embora sejam imensos os desafios de enfrentamento ao projeto neoliberal, o MMNC compreende que é preciso enfrentar com resistência as medidas políticas adotadas pelo governo, que desfavorece todas as pautas dos movimentos sociais, evidenciando a necessidade de união dos seguimentos democráticos da sociedade para

fomentar discussões sobre as políticas públicas e seus impactos para as mulheres negras. Vejamos:

Eu acho que o movimento negro precisa ser prepositivo, ele precisa continuar sendo prepositivo, é o movimento que sempre propõe, nunca foi o governo que propôs fazer nada para a comunidade negra, foi à comunidade negra que se organizou e propôs para o governo as políticas públicas, então nós precisamos mais do que nunca continuar nos organizando, articulando para propor e cobrar essas políticas públicas (P3).

O movimento tem a capacidade de fazer as políticas públicas acontecerem, a gente vê que o governo é implacável com a população negra, nos perdemos muitos direitos, eu sinto que hoje os movimentos estão se reconstruindo e tudo isso leva um tempo, tempo pra solidificar, fortalecer, eu vejo assim. Mas o movimento social é a nossa única saída, é o fortalecimento (P2).

Considerações provisórias: construção coletiva para o debate

Um grande desafio é desvelar o panorama da situação das mulheres negras e sensibilizar os setores da sociedade da importância de se iniciar uma discussão sobre racismo. Negar o racismo e se apoiar apenas em políticas macrossociais para resolver as desigualdades enfrentadas pela população negra só agrava o problema.

Raça, gênero e classe são categorias estruturantes da sociedade, mas não se trata apenas de somar racismo, gênero e classe, e sim de compreender que essas opressões se entrecruzam e criam outras formas de opressão.

Longe de abranger a real situação das mulheres negras no Brasil, em especial em Cuiabá-MT, considerando que o pertencimento racial determina de forma significativa as desigualdades, acrescentando diferentes formas de opressões a essas mulheres em todos os setores

da sociedade, fica evidente a importância que a luta e a resistência dessas mulheres têm na construção de um Estado verdadeiramente democrático, capaz de efetivar políticas públicas direcionadas aos interesses públicos.

O confronto entre o MMN e governo se intensifica no atual cenário político do Brasil, os conflitos e tensões se formalizam, evidenciando o descontentamento desses movimentos com as políticas públicas defendidas pelo Estado, que além de reduzir a participação da sociedade civil no governo retira por completo as pautas raciais da agenda política, cumprindo um papel opressor, em especial para a população negra.

Essas medidas extremistas e conservadoras se agravaram pela crise cíclica do capitalismo que aumenta a opressão do sistema sob o trabalhador, resultando dentre outras coisas na diminuição de postos de trabalho, desvalorização dos salários, aumento da informalidade e do desemprego e em consequência o aumento da desigualdade socioeconômica da população mais vulnerada. A estrutura dos MMNC também é atingida por esse desalentador cenário político e isso reflete diretamente sobre as condições de vida das mulheres negras, pois estando estas na base da pirâmide social, estão suscetivelmente mais expostas.

Ainda que as militantes dos MMNC se unam para desenvolver ações e projetos para amenizar o sofrimento de outras mulheres negras causados pelo desemprego e pela fome elas compreendem que as políticas sociais não podem ser substituídas por assistencialismo, assim a formulação de uma política pública que contemple os direitos sociais é pauta constante dos MMNC e está diretamente ligado à luta em defesa da democracia e pela transformação da

sociedade que temos, marcada pela divisão injusta e desigual, pelo preconceito, discriminação e desrespeito à diversidade e às minorias.

Para os MMNC a luta contra o atual governo é necessária, mas também é essencial rever as questões políticas em especial nos partidos de esquerda, compreender como políticas conservadoras de ultradireita conquistaram tanto espaço no Brasil. Embora o avanço da extrema direita não esteja ocorrendo apenas no Brasil, podemos encontrar semelhança em todos os países que se guiam por políticas conservadoras de direita, e uma delas é o ataque aos direitos da população, tanto econômicos como sociais. No Brasil esses ataques se intensificam e tomam proporções maiores devido a fragilidade da nossa democracia quando comparadas aos países mais ricos.

Referências

BONFIM, V. M. S. A. identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. In: NASCIMENTO, E.L. Organizador. **Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro; 2009.

DIEESE- Boletim Especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim Especial - **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia; 2020.** [Acesso em 08 de dezembro de 2021]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero; 2011. [Acesso em 08 de dezembro de 2021]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Revista Estudos Avançados. vol.17, n.49, pp. 117-133; 2003.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis; 2002.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19**: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas. UNICAMP-UFABC-CNPq; 2020.

GUIMARÃES, A.S.A. **Como trabalhar com raça em sociologia**. Educação e Pesquisa. Vol. 29 n° 1 São Paulo; 2003.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE; 2012.

MUNANG, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2008.

IPEA - **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995-2015**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) et al., organizadores. Brasília, DF: IPEA; 2017. [Acesso em 24 de junho de 2021]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. BRUSCHINI, C. Organizadores. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992.

SKIDMORE, T. **Preto no Branco**: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1976.

IPEA-Textos para discussão. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). PINHEIRO, L. et al, organizadores. Brasília-DF: IPEA;2019. [Acesso em 24 de junho de 2021]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf